

ACORDO DE COLIGAÇÃO
Autárquicas 2021 | Município de Lisboa

Um Novo Pacto Verde para Lisboa

Coligação “MAIS LISBOA” (PS.L)

A coligação “MAIS LISBOA” (PS.L) quer que Lisboa seja uma cidade onde quem nela vive e quem nela quer viver exerça o seu direito à habitação, à cidade e à comunidade, de forma democrática, sustentável e aberta a todos; uma cidade acolhedora para residentes, trabalhadores, visitantes, turistas, migrantes e refugiados; uma cidade mais ecológica, com uma relação positiva com a natureza, eficiente no uso que faz dos recursos, menos dependente de combustíveis fósseis e celeremente descarbonizada; uma cidade resiliente e combativa perante as alterações climáticas e as adversidades naturais ou humanas; uma cidade com uma mobilidade e um modelo urbano inclusivo, saudável, eficiente e orientado para o Futuro; uma cidade com mais conhecimento, ciência e inovação, que conhece o seu metabolismo e o monitoriza; uma cidade com voz na Europa e no Mundo.

Nos últimos quatro anos o Partido Socialista trabalhou juntamente com o LIVRE, o Lisboa É Muita Gente e os Cidadãos por Lisboa para melhorar a qualidade de vida e o ambiente na cidade, para combater exclusões e defender direitos, para dar força à economia e para afirmar Lisboa como uma cidade global, com uma governação aberta, participada e descentralizada.

Mas reconhecemos também os muitos desafios que Lisboa tem pela frente. A importância de uma recuperação económica feita de forma justa e sem deixar ninguém para trás. O longo caminho que há a fazer na habitação para garantir que Lisboa é uma cidade onde todos podem viver. A urgência da transição energética e do abandono de uma sociedade do consumo rápido e desenfreado.

Importa, pois, construir uma cidade mais comprometida com as agendas transformadoras; as agendas de futuro; as agendas da nova governança, para uma Lisboa mais igualitária, mais democrática e mais verde.

Essencial a este desiderato é a assunção do “Green New Deal”, um Novo Pacto Verde para a cidade de Lisboa, como agenda e proposta estruturadora da ação governativa da Cidade; como um compromisso a assumir, aprofundar e concretizar.

Este Novo Pacto Verde tem três pilares essenciais: a justiça social, a justiça ambiental e a democracia participativa.

Com este acordo, LIVRE e PS firmam este Novo Pacto Verde com a cidade: implementando políticas urbanas ecologicamente responsáveis a médio-longo prazo, dotando a cidade das infraestruturas necessárias para as próximas décadas, apostando nos setores-chave para fazer face à emergência climática e ecológica e assegurando a coesão da cidade através do desenvolvimento de um modelo urbano inclusivo, desde a mobilidade à habitação, reconhecendo que não há justiça ambiental e ecológica sem justiça social e que a construção da cidade deve ser feita em conjunto, de forma aberta e participada.

O presente Acordo de Coligação entre o Partido Socialista e o LIVRE para as eleições autárquicas de 2021 tem por base esta análise coincidente dos desafios da cidade nos próximos anos e a convicção que apenas uma governação progressista e verde, assente neste Novo Pacto Verde para Lisboa lhes pode fazer frente. Este é um projeto político agregador e aberto a todos os lisboetas, ancorado à esquerda e baseado nos princípios da liberdade, igualdade, sustentabilidade e do internacionalismo.

A Lisboa mais igualitária: Combater o agravamento das assimetrias - “Ninguém fica para trás”

1. Reforçar, tendo em conta a situação de crise social que vivemos, os apoios às pessoas em situação de sem abrigo, garantindo-lhes alojamentos temporários condignos.
2. Desenvolver uma política municipal de combate à precariedade laboral, incluindo no âmbito dos serviços contratados pelo município.
3. Combater todas as formas de trabalho indocumentado na cidade de Lisboa, garantindo o apoio necessário às pessoas.
4. Acompanhar a transição para novos modelos de trabalho, criando infraestruturas de apoio ao teletrabalho, nomeadamente através da criação ou adaptação de espaços públicos para esse fim.
5. Defender junto do Governo a regulação das plataformas de entregas, garantindo condições laborais dignas aos trabalhadores.
6. Utilizar um Indicador Municipal de Bem-Estar, que inclua também o nível de igualdade, para guia das políticas públicas do município.
7. Definir uma política de habitação com o objetivo estrutural que permita atingir 30% de habitação protegida do mercado especulativo, nomeadamente através da iniciativa pública, cooperativa, social, privada de preços controlados ou outra.
8. Promover formas alternativas de habitação, implementando um programa de apoio à criação de cooperativas de habitação. Estas cooperativas não devem

MAIS LISBOA



ter fins lucrativos e o programa deve prever apoios da Câmara Municipal de Lisboa por exemplo através da cedência de edifícios ou terrenos públicos em regime de usufruto de longa duração ou garantias de crédito para cooperativas de habitação de propriedade coletiva.

9. Propor a redução das taxas municipais aplicadas a empreendimentos em que 40% das frações sejam para arrendamento de longa duração (duração superior a cinco anos) com rendas acessíveis.
10. Criação de um Balcão da Habitação, que permita um atendimento especializado e desburocratizado sobre questões de habitação e urbanismo e que preste esclarecimento e apoio a candidaturas a programas de apoio (locais ou nacionais) a proprietários, inquilinos, senhorios e condomínios, promova a divulgação das Políticas Públicas de Habitação, Programas de Incentivo e Financiamento e Apoio Técnico especializado.
11. Manter a quota de 25% reservada para “Renda Acessível” (ou para habitação pública) em novos empreendimentos a partir de determinada dimensão, incluindo esta definição no Plano Diretor Municipal (PDM).
12. Adaptar a Carta Educativa tendo em conta a integração da nova rede de transporte escolar e tendo como um dos principais critérios do seu zonamento a acessibilidade a pé, criando, em paralelo e complementarmente soluções de transporte escolar.
13. Desenvolver alternativas para a mobilidade escolar que promovam a autonomia das crianças e jovens e ajudem a diminuir o número de viagens de carro dentro da cidade, quer por via da acalmia ou eliminação do tráfego na envolvente das escolas, quer por via da promoção do uso de modos suaves. Conceptualizar um novo serviço de mobilidade, lançando esse desafio à Carris, de uma rede de miniautocarros maiores que um táxi e menores que um autocarro, especialmente dedicados a este propósito, Os Amarelinhos - que complementem também a mobilidade de proximidade e de bairro fora dos horários de entrada e saída das escolas.
14. Avaliar, conter e regular os efeitos do turismo de massas na cidade, revendo e atualizando o Regulamento Municipal de Alojamento Local e as limitações ao registo de novos alojamentos locais, tendo em conta a situação pandémica.
15. Reinvestir parte das receitas da Taxa Turística na comunidade e em projetos inspirados na ideia de um “fairbnb”.

B Lisboa mais democrática: Melhor decisão, só com mais participação, mais participação só com mais proximidade

1. Aprofundar a transparência na monitorização da cidade, garantindo que dados e indicadores ambientais, sociais e económicos são publicados,

MAIS LISBOA



- divulgados e partilhados de forma fácil e acessível e em formatos descarregáveis e passíveis de serem trabalhados,
2. Combater a discriminação por orientação sexual ou por identidade de género passando a assinalar o mês de junho como mês do orgulho LGBTQI+, promovendo campanhas antibullying nas escolas do município e ações de formação específicas para funcionários municipais em parceria com outras entidades públicas como por exemplo Polícia de Segurança Pública.
 3. Promover uma campanha de incentivo ao recenseamento e envolvimento eleitoral de imigrantes com capacidade eleitoral.
 4. Garantir que a digitalização não deixa ninguém para trás, garantindo o acesso universal às tecnologias de informação, em especial dos que, por razões económicas e sociais, não têm acesso ou acesso insuficiente, instituindo a responsabilidade pela Tecnologia e Direitos Digitais de Lisboa ao nível da vereação.
 5. Garantir que todo o código desenvolvido com dinheiro público, incluindo pela Câmara Municipal de Lisboa ou pelas Juntas de Freguesia, fique numa licença de código aberto e seja disponibilizada numa plataforma universal como o Github. Introduzir na administração pública o conceito de Plataforma como Serviço (PaaS), um repositório partilhado de ferramentas, sistemas e processos digitais em código aberto, que permita a partilha e o uso dos recursos desenvolvidos pelas administrações locais e centrais do país.
 6. Promover a revisão do Plano Diretor Municipal de forma participada, fazendo da sua revisão no próximo mandato um grande momento de democracia participativa, promovendo várias ações e iniciativas de auscultação e participação das pessoas, como forma de apoiar os órgãos municipais na identificação das vontades e aspirações dos lisboetas para a cidade.
 7. Reforçar a transparência na governação da cidade adotando o Município um Código de Conduta para os eleitos locais e criando um registo de interesses acessível publicamente e criando um gabinete de boas práticas de governação que atue em matérias de transparência, garantias e prevenção, nomeadamente de fenómenos corruptivos.
 8. Defender junto do Governo a adaptação dos rácios de pessoal nas escolas como forma de promover a melhoria contínua do acompanhamento dado às crianças nas escolas e a flexibilidade destas na organização de atividades, bem como a sua abertura à sociedade.

C Lisboa mais verde: Justiça ambiental com justiça social

1. Promover a realização e ampla divulgação de um estudo sobre o impacto do aeroporto na cidade de Lisboa, incluindo na qualidade do ar, ruído e na saúde e qualidade de vida dos lisboetas.

2. Elaborar uma Estratégia para a Biodiversidade de Lisboa 2030 e respetivo Plano de Ação, no seguimento da Estratégia e Plano de Ação para a Biodiversidade 2015-2022, prevendo ações de regeneração natural e renaturalização no território da cidade e área de influência no estuário do Tejo, articuladas com os restantes municípios.
3. Promover a transição energética, apoiando a instalação de isolamento térmico e equipamentos de geração de energia, nas habitações e edifícios, acelerando rumo à concretização da Carta de Potencial Solar de Lisboa, semelhante ao programa “reabilita primeiro paga depois”.
4. Promover a constituição das Comunidades de Energia Renováveis (CER) e as Comunidades de Cidadãos para a Energia em Lisboa, nomeadamente nos bairros municipais.
5. Em articulação com as Juntas de Freguesia, rever e melhorar a gestão do ruído na cidade, das regras de atribuição das licenças especiais de ruído e apoiando também a instalação de isolamento acústico nas habitações.
6. Dar prioridade à segurança rodoviária com o objetivo de eliminar as mortes dentro da cidade e reduzir ao máximo o número de acidentes, priorizando a circulação dos peões, utilizadores de mobilidade suave e transportes públicos, aumentando a fiscalização e a punição de comportamentos ilícitos, promovendo campanhas de sensibilização de boas práticas por todos os utilizadores do espaço público e garantindo nas vias de hierarquia superior a segregação das vias utilizadas por veículos automóveis, bicicletas e peões. Garantir em zonas residenciais ou fora das horas de ponta, prioridade sistemática ao peão sempre que solicitada a travessia, e promover ciclos de semáforo mais curtos para momentos de menor tráfego, reduzindo a velocidade excessiva e o tempo de espera do peão.
7. Limitar a velocidade de circulação na cidade e defender as alterações legais necessárias à definição dos 30 km/h como velocidade máxima na generalidade dos arruamentos e aumentar área de zonas de coexistência de velocidade 20 km/h em zonas residenciais.
8. Generalizar o estacionamento protegido para bicicletas de residentes;
9. Concretizar o plano original para a ZER e promover a sua expansão para bairros limítrofes e noutros pontos da cidade.
10. Expandir a rede de mobilidade suave a toda a cidade, incluindo a cobertura pela rede Gira.
11. Promover uma política de melhoria da qualidade do ar na cidade de Lisboa, defendendo junto do Governo uma efetiva redução dos movimentos aeroportuários, no aeroporto de Lisboa, face aos máximos pré-pandemia.
12. Os cruzeiros apresentam problemas graves ambientais e de turismo sustentável. Em particular, é especialmente sério o problema de poluição que ocorre apenas por manter os navios parados — mas gastando combustíveis fósseis para assegurar o funcionamento da sua maquinaria, iluminação, etc. É, pois, necessário com caráter de urgência assegurar a eletrificação do Terminal de Cruzeiros de Lisboa. Como objetivo comum, os signatários deste

acordo comprometem-se a envidar os esforços necessários para reduzir a atividade de cruzeiros, diminuindo o seu impacto e abandonando os segmentos de menor valor acrescentado, como sejam os de estadias curtas diárias, comprometem-se nesse quadro a reavaliar as infraestruturas de apoio aos cruzeiros e dar-lhes novos usos quando não se tornarem mais necessárias.

13. Concluir a elaboração do Plano Municipal de Gestão de Resíduos de Lisboa 2020-2030 que contenha em si estratégias municipais para a redução dos resíduos produzidos na cidade de Lisboa, nomeadamente através da implementação de projetos de “upcycling” e “reuse”. Desenvolver durante o mandato o sistema PAYT (Pay-As-You- Throw) ou “pague-o-que-produzir” para desincentivar a produção de resíduos indiferenciados, mobilizando os cidadãos para a separação seletiva, bem como implementar em toda a cidade a recolha seletiva de bio resíduos e o aumento de reciclagem na origem através de compostores ou outras tecnologias existentes que permitam alcançar esse objetivo.
14. No seguimento da proposta do LIVRE para eliminação da utilização de copos de plástico descartável na cidade, assegurando a correta implementação das novas regras Lisboa assegurará a correta implementação no seu município das novas regras relativas às embalagens reutilizáveis e à legislação que assegurará a transposição da Diretiva Europeia SUP ao mesmo tempo que aumentará a fiscalização da aplicação das regras do seu Regulamento Municipal de Gestão de Resíduos que impede o consumo em espaço público através de embalagens de utilização única (embalagens descartáveis);
15. Acelerar o lançamento do programa de apoio à reabilitação e melhoria das condições de conforto, habitabilidade, segurança, acessibilidade e eficiência energética de edifícios residenciais, permitindo o investimento e valorização dos espaços comuns dos edifícios.
16. Promover as relações de bairro dentro da cidade de Lisboa, alargando o conceito de “uma praça em cada bairro” para “uma comunidade em cada bairro”, garantindo a acessibilidade a pé a espaço público de qualidade, a zonas verdes e a equipamentos, bem assim pelo desenvolvimento de ‘ruas e bairros inteligentes’.
17. Dotar a Provedoria dos Animais de Lisboa de um orçamento próprio e dos recursos humanos e materiais necessários para a sua atividade, garantindo uma estabilidade temporal necessária ao funcionamento da Provedoria.
18. À semelhança do que fazem outros municípios do país, aprovar um Regulamento Municipal de Saúde e Bem-estar Animal no Município de Lisboa.

D No âmbito deste acordo de governação da cidade de Lisboa o LIVRE assumirá na Câmara Municipal de Lisboa o pelouro da Cultura, Conhecimento, Ciência e Direitos Humanos. Nestas matérias, LIVRE e PS comprometem-se a:

1. Reforçar o comprometimento da cidade de Lisboa com a luta antirracista, e no seguimento da homenagem a Alcindo Monteiro feita nos 25 anos do seu assassinato, implementar a proposta do LIVRE de criação de Bolsas Alcindo Monteiro, dedicadas a projetos antirracistas.
2. Adesão da cidade de Lisboa à Rede Internacional de Cidades de Refúgio (ICORN), dando abrigo aos defensores da democracia por todo o mundo;
3. Criar uma Provedoria dos Direitos Humanos na cidade de Lisboa, dotando-a de orçamento próprio, dos meios materiais e humanos necessários à sua atividade e de Regulamento que permita a estabilidade necessária ao funcionamento desta Provedoria.
4. Criar uma delegação de Lisboa junto da União Europeia para o apoio a projetos de interesse para a cidade e de ligação com as suas comunidades académica, científica, artístico-cultural, associativa e empresarial; representar os diversos sectores da capital portuguesa, facilitando as ligações entre cidadãos e empresas lisboetas com as instituições europeias (nomeadamente no que respeita o acesso a financiamento da UE e à participação em redes europeias diversas, etc.), explicar o valor da cidade de Lisboa aos principais formadores de opinião da UE e influenciar o desenvolvimento de políticas europeias relevantes para a nossa cidade. Esta delegação funcionará também em estreita coordenação com um gabinete de apoio às candidaturas a fundos europeus, sediado em Lisboa, e aberto a qualquer entidade que possa ser beneficiária destes financiamentos.
5. Criar um cheque-cultura para todos os jovens que cumpram 18 anos, a utilizar nos equipamentos culturais da cidade.
6. Promover iniciativas de natureza cultural criadoras de atividades que envolvam avós e netos ou cuidadores seniores, fomentando a intergeracionalidade;
7. Efetivar a criação do Conselho Municipal da Cultura;
8. Acentuar a articulação entre as escolas e os equipamentos culturais envolventes e disponibilizar condições (transporte, pessoal, etc.) às escolas para que deles possam usufruir em todo o seu potencial.
9. Lançamento da proposta de um festival intermunicipal de ecologia e cultura do estuário do Tejo.
10. Criar e promover uma “Feira do Conhecimento”, dedicada à Ciência, a Medicina, a Tecnologia e a Inovação, numa estreita parceria entre o município, as Universidades, a Agência Nacional Ciência Viva, Empresas e Associações locais.

11. Continuar e reforçar a elaboração de projetos em parceria com as Universidades e/ou Centros de Investigação para estudo e resolução de problemas específicos da cidade.
12. Criar programas de estágios com Universidades de Lisboa e lançamento de concursos de ideias para o desenvolvimento de dissertações ou projetos na área das políticas urbanas.
13. Criar uma rede de “informação memorial” pela cidade, assinalando factos ou personagens históricas na cidade de Lisboa e reabilitar os memoriais do mesmo tipo já existentes criando um projeto publicamente participado de repositório da história da cidade, acessível também de modo informático e que permita gradualmente contextualizar e dignificar estes espaços.
14. A cidade de Lisboa deve desempenhar um papel cada vez mais ativo na área da educação e emprego, contribuindo para a formação e a qualificação que serão essenciais para superarmos os desafios presentes e futuros, construindo uma economia do conhecimento altamente inclusiva. Nesse sentido, devem ser criados programas de bolsas de estudo e apoio escolar e também fundos supletivos de apoio à investigação científica, financiando por exemplo projetos finalistas do European Research Council oriundos de Lisboa que já tenham obtido notação elevada e que pretendam recandidatar-se a estes fundos europeus.
15. A CML, nomeadamente através do pelouro responsável pelas áreas da Cultura, Conhecimento, Ciência e Direitos Humanos, intensificará o apoio à formação, qualificação e acesso ao saber dos municípios, e ampliará as suas atividades nestes domínios. Criará, em complementaridade e cooperação com as instituições universitárias da cidade e da área metropolitana, uma “universidade da cidade”, entendida como uma escola de extensão com oferta de cursos livres, seminários e palestras destinados ao público geral, e apoiará a constituição de um instituto de estudos avançados de Lisboa.
16. Concretizar as novas instalações do Arquivo Municipal de Lisboa, concentrando todos os serviços, protegendo e valorizando o seu extraordinário espólio.
17. Criar novos pólos culturais, criativos e cívicos, tendo por base infraestruturas já existentes, como edifícios públicos sem utilização que existem pela cidade, nomeadamente quartéis militares e outros, incluindo estes espaços também zonas de teletrabalho com todas as infraestruturas de conectividade necessárias.
18. Continuar a implementação do programa de apoio às livrarias independentes e de bairro.
19. Desenvolver a ideia de criação de uma grande biblioteca pública em Lisboa, de dimensão europeia e internacional, que - inovando - não seja apenas um acervo de livros, mas também um lugar de encontro, espaços de estudo e de multimédia.
20. Um grande momento para a cidade e para o país no próximo mandato será certamente o das comemorações dos 50 anos do 25 de abril, que se iniciarão

MAIS LISBOA



a 24 de março de 2022 quando Portugal tiver mais um dia de democracia do que teve de ditadura. Lisboa deve assumir como seu desafio a mobilização dos cidadãos para este momento, não apenas de comemoração, mas de preparação do nosso futuro comum. Incentivaremos a criação de Assembleias de Cidadãos e de debates públicos sobre o futuro da democracia e de Portugal, envolvendo as escolas, as organizações da sociedade civil e toda a cidadania. Em consequência, a CML envidará esforços para que, no quadro da saída de instituições do Estado do Terreiro do Paço, se possa devolver o Terreiro do Paço à cidadania, conhecimento e cultura, aproveitando a oportunidade para que dos eventos então realizados permaneça um hábito de utilização pública desta praça tão central e simbólica na vida da cidade e do país.

E Compromissos de aprofundamento

O presente Acordo de Coligação entre o Partido Socialista e o LIVRE para as eleições autárquicas de 2021 terá ainda por base a assunção de um compromisso de aprofundamento e avaliação dos seguintes temas:

1. **Aeroporto de Lisboa:** PS e LIVRE comprometem-se a dialogar e a promover o debate na cidade em torno do aeroporto de Lisboa, reconhecendo a necessidade de repensar o modelo atual tendo em conta os impactos a nível de qualidade de vida bem como os impactos ambientais do transporte aéreo.
2. **Moeda local e complementar:** reconhecendo as boas experiências em Lisboa nesta matéria, nomeadamente o caso da moeda complementar “Lixo” criada na Freguesia de Campolide, bem como outras, um pouco por todo o mundo, PS e LIVRE comprometem-se a trabalhar e desenvolver esta ideia, comprometendo-se o LIVRE a apresentar uma proposta para a sua implementação.
3. **Tauromaquia e bem-estar animal:** PS e LIVRE comprometem-se a trabalhar no sentido de tornar Lisboa uma cidade livre de sofrimento animal, dentro das competências legais do Município na matéria.
4. **Rendimento Básico Incondicional:** Reconhecendo as experiências feitas noutras cidades por todo o mundo como Barcelona, Utrecht na Europa ou Maricá no Brasil, entre outras, e a necessidade de novas soluções de distribuição de riqueza, PS e LIVRE comprometem-se a estudar a criação de um Projeto Piloto de RBI em Lisboa, eventualmente ligado a moeda complementar. O LIVRE trabalhará numa proposta concreta e detalhada a discutir. Implementar em Lisboa um projeto piloto de Rendimento Básico Incondicional em moeda local.

MAIS LISBOA

